

Cruesp impõe novas perdas salariais

Ronaldo Entler

Reitores da USP, Unesp e Unicamp não pagam a inflação de julho e não incorporam os 18% de abono. Também não há garantias de pagamento de novo abono em agosto. A decisão traz mais perdas aos trabalhadores.



Representantes do Fórum reunidos com técnicos do Cruesp

Em reunião realizada dia 5 deste mês com a Comissão Técnica do Cruesp, os representantes do Fórum das Seis Entidades foram informados que os reitores da USP, Unesp e Unicamp decidiram não incorporar o abono de 18% pago no mês de julho nem pagar a inflação de 6,95% apurada pela Fipe, sob a alegação de que a arrecadação de ICMS está baixa. Com essa decisão, quem ganhava R\$ 1.000 em julho — a título de exemplo — e recebeu R\$ 1.180 (com os 18% de abono) voltará, em agosto, ao mesmo patamar de julho. O Fórum defende a incorporação dos 18%, mais a inflação do período, o que elevaria um salário de R\$ 1.000 para R\$ 1.262. A decisão do Cruesp desrespeita a nova política salarial, definida de forma unilateral pelos próprios reitores, e que estabelece a reposição da inflação apurada até a terceira quadrisse-

mana do mês anterior ao pagamento.

Os técnicos do Cruesp voltaram a apresentar tabelas subestimando a arrecadação do ICMS no Estado e divulgaram planilha apontando gastos de 86% com salários no primeiro semestre de 94. Segundo planilha do Fórum, as três universidades gastaram 84,7% da quota parte do ICMS com salários e, portanto, existe verba suficiente para o pagamento da inflação do mês de julho. Os representantes do Fórum alertaram, ainda, para a existência de verbas que são destinadas às universidades, mas que estão retidas na Secretaria da Fazenda. Os técnicos do Cruesp alegam que já encaminharam ofício reivindicando os valores atrasados, mas se negam a mostrar cópia

do documento. Esta situação é gravíssima e corre-se o risco de as contas das universidades ficarem em desordem.

O Cruesp nega-se, também, a divulgar cópia ou transcrição das fitas gravadas durante as últimas reuniões de negociações com o Fórum. A alegação é de que existe convenção impedindo esse expediente, uma vez que nem todas as pessoas foram informadas que suas falas seriam tornadas públicas. A divulgação das fitas deixaria bastante claro que muitas das questões acertadas nas mesas de negociações não são colocadas em prática pelo Cruesp. Uma vez que a reunião foi realizada após o pagamento de julho, o Fórum exige que os próximos encontros sejam marcados antes da folha de pagamento ser rodada.

Revertidas punições na Usp e Unicamp

O movimento dos professores e funcionários das três universidades estaduais paulistas conquistou novas vitórias: a reversão da demissão de um professor da Escola de Aplicação da USP e suspensão das punições a 13 funcionários e um professor da Unicamp. A avaliação da diretoria da Adusp é de que a mudança de posição por parte

das direções das duas universidades representa a vitória da democracia e do entendimento.

Em nota publicada dia 26 de julho, o Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU) afirma que a revogação das punições naquela universidade é fruto "da força da nossa greve e da grande pressão externa de

personalidades ligadas às universidades, à pesquisa, à área sindical e aos partidos políticos comprometidos com os interesses dos trabalhadores". Ainda na mesma nota o STU agradece a todos os trabalhadores da Unicamp, da USP e da Unesp que demonstraram seu apoio e solidariedade, aderindo aos abaixo-assinados e contribuindo financeiramente.

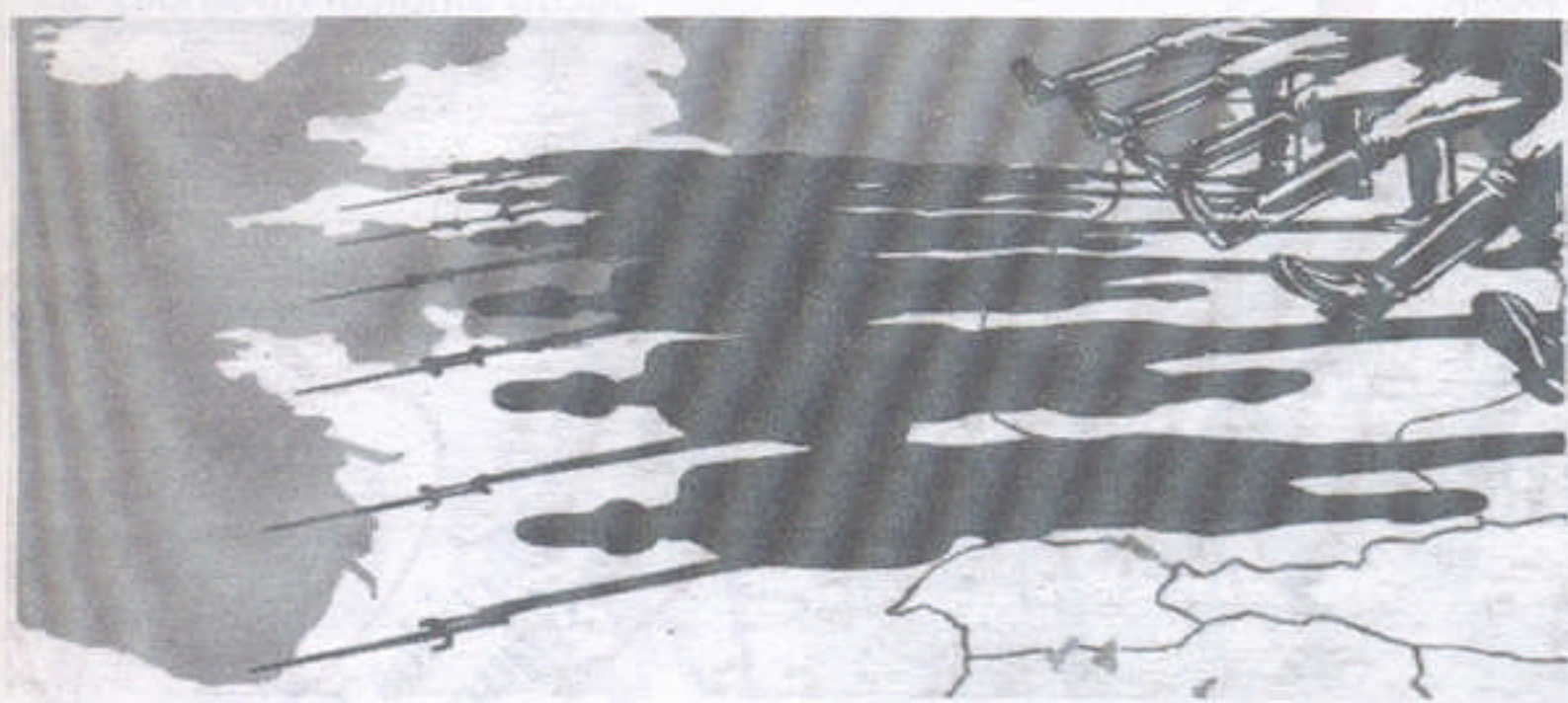
ELEIÇÕES
94
Partidos Políticos
Quem é quem na educação

Inflação é alta e população compra menos

A inflação de julho, primeiro mês de vigência do real, ficou acima da expectativa do governo. Dados divulgados na primeira semana desse mês, pela Fipe, indicam uma variação média de 6,95% nos preços em São Paulo. Quando da implantação do real, os técnicos previam taxa entre 3% e 5% para julho. O erro na previsão, segundo a Fipe, está na aceleração dos preços com as recentes geadas. Além disso, a passagem da URV para o real foi mais conturbada do que se imaginava.

Além da inflação alta, em se tratando de uma economia teoricamente estabilizada, a população ainda não tem muito claro se o poder de compra aumentou ou diminuiu com a entrada do real. Pesquisa realizada na Grande São Paulo pela Toledo & Associados/Agência Estado, dias 2 e 3 de agosto, com 434 pessoas, mostra que 32,7% afirmam que compraram menos em julho, 31,8% responderam que compraram mais e 31,3% responderam que compraram a mesma quantidade de produtos. A mesma pesquisa indica que, antes do real, 60% dos consumidores faziam compras mensalmente. Agora o número é menor: cerca de 45%.

Balanco histórico da Segunda Guerra Mundial



É possível o surgimento de uma nova guerra mundial? E um novo holocausto? Quais as consequências da chegada ao governo de neo-fascistas na Itália? O quê está por trás das mortes de 96 pessoas na sede da Associação Mutual Israelita da Argentina? As respostas a estas e outras perguntas poderão ser respondidas entre os dias 15 e 17 deste mês durante o Simpósio Internacional "A Segunda Guerra Mundial", que será realizado no Anfiteatro de História da USP. O Simpósio é organizado pelo Departamento de História da FFLCH e coordenado pelo professor Osvaldo L.A. Coggiola. Além dos temas relacionados, o encontro procurará analisar a natureza da ordem mundial implantada após a II Guerra Mundial e a atual crise vivida pelas nações em todo o mundo.

Programação: Dia 15, 14 horas: "A Segunda Guerra Mundial, origens e desenvolvimento — Tullo Vigeani (Unesp), Antonio Pedro (PUC), István Jancsó (USP) e Maria Helena Capelato (coordenadora); 17 horas: "A Guerra no terreno: depoimento —

Boris Schnaidermann (USP) e Maria de L.M. Janotti (coordenadora); 19h30: "Totalitarismo e colaboração no nazismo e no fascismo" — Arnaldo Contier (USP), Nicolau Sevcenko (USP), Antonio Rago Filho (PUC) e Marcos A. Silva (coordenador).

Dia 16, 10h00: "O prelúdio: Espanha, guerra civil, literatura e exílio" — José Carlos Sebe (USP), Valéria De Marco (USP), Dante Gallian (USP) e Raquel Glezer (coordenadora); 14 h 00: "Holocausto: fatos, literatura e interpretações" — Izidoro Blikstein (USP), Maria L. Tucci Carneiro (USP), Roney Cytrynowicz (USP), Jaffa R. Berezin (USP) e Anita Novinsky (coordenadora); 17 h 00: "Guerra e geopolítica" — Wanderley M. da Costa (USP), Wagner Costa Ribeiro (USP), André R. Martin (USP) e Maria Aparecida Aquino (coordenadora); 19h30: "A esquerda na Europa na Segunda Guerra Mundial" — Gérard Goujon (França), Jorge Altamira (Argentina) e Osvaldo Coggiola (coordenador).

Dia 17, 10h00: "América Latina Segunda Guerra Mundial" — Wilson N. Barbosa (USP), Zilda Iokoi (USP), Inez Garbuio Peralta (USP) e Maria Lygia Prado (coordenadora); 14h00: "O Brasil na Segunda Guerra Mundial" — Edgar Carone (USP), Marionilde B. Magalhães (UFPar), Marcos Antonio Silva (USP) e Ilana Blaj (coordenadora); 17h00: "Guerra e revolução: as revoluções da guerra e do pós-guerra" — Márcia Berbel (Unesp), Eduardo Valadares (USP), Muniz Gonçalves Ferreira (UFF) e Vera L. Amaral Ferlini (coordenadora); 19h30: "Teerã, Yalta e Postdam: força e fraqueza da ordem mundial do pós-guerra" — Jacob Gorender (Historiador), Jorge Altamira (Argentina), Demétrio Magnoli (Historiador) e Osvaldo Coggiola (coordenador).

Adusp

Diretoria:

Otaviano Helene, Zilda Iokoi, Francisco Miraglia, Lígia C.M. Machado, Luiz Carlos de Sá Rocha, Décio Crisol Donha, Primavera Borelli, Benedito Honório Machado, Marcos Nereu Arenales, José Nivaldo Garcia, Evaldo L. Titto.

Editor:

Marcos Luiz Cripa vd

Projeto gráfico:

Argeu Godoy

Produção Gráfica:

Maria Cristina Waligora

Revisão:

Jamila Natour

Tiragem: 7.500 exemplares.

Periodicidade: mensal.

Filmes: Paper Express.

Impressão:

Copy-Set Reprod. Gráficas m.e.

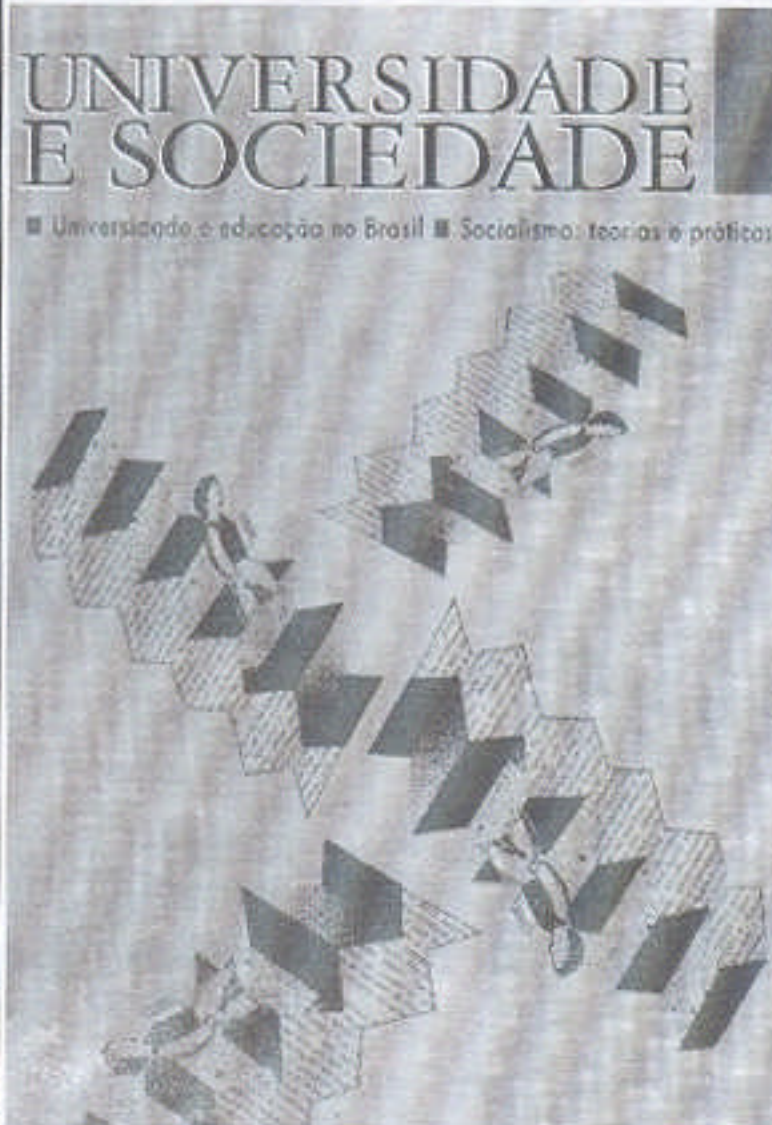
Adusp-S.Sind.: Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, nº 374-Cid. Universitária - São Paulo - SP - CEP 05508-900 - Tel: (011) 813-5573 / FAX: (011) 814-9321

Dois Pontos

Lula e a universidade

Frase do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a realização da 46ª Reunião Anual da SBPC, dia 18 de julho em Vitória (ES): "Um torneio mecânico vai fazer mais pela universidade, pela pesquisa, pela tecnologia do que aquilo que todos os que passaram pela universidade não tiveram coragem de fazer".

Universidade e Sociedade



A Revista Universidade e Sociedade, editada pela Andes, completou a sétima edição no mês de julho. Entrevistas com Vicentinho (Vol. 7), D. Pedro Casaldaliga (Vol. 5) e artigos de Florestan Fernandes (Vols. 1, 3 e 7), Jacob Gorender (Vol. 6), Luiza Erundina (Vol. 4), Marilena Chauí (Vol. 2) e outros, tornam sua leitura obrigatória. A coleção de Universidade e Sociedade com seis volumes (o número 5 está esgotado) está sendo vendida na sede da Adusp por R\$ 10,00. A nova diretoria da Andes deverá manter a semestralidade da revista.

Estadualização de faculdades

Novamente às vésperas de uma eleição, o governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, apresenta projetos de lei propondo a estadualização de faculdades. Desta vez são as faculdades de medicina de Marília e de São José do Rio Preto.

Mudança na CCS

O jornalista André Singer não

responde mais pela Coordenadoria de Comunicação Social da USP, área responsável pelo Jornal e Rádio USP. A exemplo de José Augusto Guilhon Albuquerque, ex-chefe de gabinete, André Singer foi afastado após servir aos interesses da reitoria durante a última greve. Pelo jeito não valeu o esforço do jornalista, que transferiu parte da redação para a faculdade de Direito para editar o Jornal da USP durante a greve, nem a contratação de estudantes para a produção de matérias. Para o lugar de André Singer foi indicado o ex-diretor do Instituto de Geociências, Celso de Barros Gomes.

Dança dos números

3 100%
10 44
50 13 60

O Sindicato dos Fiscais de Renda do Estado de São Paulo afirma que a arrecadação do ICMS de julho foi da ordem de R\$ 716 milhões. O Cruesp, por sua vez, diz que foi de R\$ 675 milhões. Uma diferença, portanto, de R\$ 41 milhões, equivalente a uma vez e meia a folha de pagamento da USP ou a 4% da quota parte do Estado na arrecadação do ICMS.

**O governo atrasa,
o Cruesp não informa...
estamos bem.**

Não bastasse a diferença dos números quanto a arrecadação do ICMS, o governo do Estado começa a atrasar o repasse da quota parte destinada às universidades. Normalmente a transferência se dá em dois momentos: no 4º e no 15º dia útil de cada mês. Ocorre que a segunda parcela de julho não foi repassada na data certa. Fleury destinou a verba das universidades no dia 4 deste mês e apenas o suficiente para o pagamento de salários. Pior ainda: o Cruesp só noticiou o atraso na véspera do pagamento dos funcionários, dia 2 de agosto.

Adusp participa de debate sobre o Plano Real na SBPC

Ronaldo Entler

A convite da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) o vice-presidente da Adusp, Francisco Miraglia, participou dia 20 de julho, dentro das atividades da 46ª Reunião Anual daquela entidade, de um debate sobre os impactos psico-sociais de planos de estabilização. A mesa foi composta pelo jornalista Luiz Nassif, pelo ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira, pelo presidente do Banco do Estado do Espírito Santo e pelo vice-presidente da Adusp.

Tanto Miraglia quanto Nassif ressaltaram, embora sob óticas distintas, o caráter eleitoreiro do Plano Real, destacando que os problemas estruturais que dão origem à inflação não foram enfrentados quando da implantação do



Francisco Miraglia

Plano. Por sua vez, Bresser Pereira fez a defesa do atual programa de estabilização implantado no país. A discussão atraiu um grande público, que teve a oportunidade de participar do debate através de intervenções do plenário e pergun-

tas à mesa.

Esse ano a Reunião da SBPC teve como tema básico "Ética e a Consolidação da Democracia", sendo realizada no campus da Universidade Federal do Espírito Santo, em Vitória.

Saúde do trabalhador é tema de dois simpósios

Nos dias 21 e 22 de julho, durante a realização da 46ª Reunião da SBPC, a Adusp promoveu, sob a coordenação da professora Marcília de Araújo Medrado Dias (FMUSP), os Simpósios "Serviço público de saúde do trabalhador: o modelo do município de São Paulo" e "Serviços municipais de saúde do trabalhador: panorama nacional". Participaram dos encontros para debater a saúde dos trabalhadores: Hélio Neves (CRT/MS), Maristela D'Alberto Araújo (UFES), Elizabeth Costa (FMUF/MG), e Vera Helena de Oliveira (SE/ES).

Publicamos trechos do texto-base, produzido pela professora Marcília Medrado, que serviu de subsídio à realização dos dois encontros:

"A melhoria efetiva da saúde dos trabalhadores depende, em primeiro lugar, dos avanços econômicos, sociais e políticos que a sociedade brasileira seja capaz de realizar, e, em segundo lugar, de descobertas e avanços técnico-científicos. A saúde do trabalhador é um direito fundamental do cidadão, aspecto significativo para o bem-estar dos indivíduos e para uma visão social do trabalho.

Razões históricas levaram a que o Estado, as Universidades e a Sociedade Civil pouco refletissem e atuassem sobre as relações entre saúde e trabalho. Somente na década de 1980 técnicos dos serviços públicos, docentes, universidades e dirigentes sindicais iniciaram processo de reversão desta situação. Estes grupos sociais defenderam a existência de serviços públicos de saúde do trabalhador no SUS — secretarias de saúde estaduais e municipais — quando da promulgação da Constituição de 1988, da Lei Orgânica de Saúde 8080/90 e da Lei nº 8142/90.

Analisando-se o panorama nacional observa-se que a criação e ampliação da estrutura organizacional das equipes deste serviço tem-se feito de modo diferenciado, conforme a realidade dos estados e municípios. No nordeste, a Bahia é o único Estado que tem Centro de Referência de Saúde do Trabalhador desde a década de 1980 e ultimamente tem ampliado para vários municípios. Recentemente a Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco contratou um grande número de profissionais e está em processo de implantação de vários centros de referên-

cia. Em Minas Gerais e Rio Grande do Sul, a existência de Serviços de Saúde Ocupacional no HC e suas faculdades de Medicina têm sido importantes centros de formação de pessoal e de pesquisa.

O município de São Paulo conseguiu por em prática o modelo mais completo de ações integradas e participativas de saúde no trabalho. As equipes que atuam em cinco Centros de Referências de Saúde do Trabalhador têm profissionais de diferentes especialidades que desenvolvem programas de ações conjuntas em vigilância epidemiológica e sanitária, atendimento especializado, ações educativas de formação profissional e programas docentes-assistenciais.

As faculdades de Medicina da USP e de Ciências Médicas da Santa Casa têm usado o CRST da Lapa como área de treinamento dos seus alunos de residência médica, especialização, aprimoramento e graduação. O intercâmbio com a USP tem se estreitado na medida que os funcionários dos CRSTs e de outros municípios da Grande São Paulo têm os seus conhecimentos reciclados através de cursos de extensão universitária oferecidos pela FMUSP".

Zilda Iokoi

Ética e democracia: SBPC e a imprensa

A reunião anual da SBPC teve como tema central a ética nos vários níveis de relações sociais e especialmente sua necessidade na construção e consolidação da democracia no país. Esse tema foi de fato importante, uma vez que a sociedade brasileira em seu enorme esforço para construir uma nação moderna e que reconheça os direitos sociais, tem dado especial atenção aos valores éticos. Entretanto, enquanto em simpósios e mesas redondas o tema estava sendo debatido, jornalistas continuavam a produzir "fatos" divulgáveis e vendáveis com ênfase na fofoca e intrigas entre as autoridades científicas e governamentais.

Envolveu-se a figura ímpar do presidente da SBPC e o ministro da Fazenda em uma contenda inexistente. Entretanto, a repercussão na imprensa do episódio desastrado chamou mais a atenção do que o conjunto de críticas que a reunião propiciou. Os próprios acadêmicos estavam mais preocupados com os atritos entre a entidade e as instâncias governamentais do que na explicitação histórica do papel desempenhado por figuras governamentais em episódios de nossa história recente. Se a reunião deixou alguma lição a ser seguida pelos acadêmicos de modo geral, foi a necessidade de se recuperar o sentido das formas de comunicação e produção de notícias que de fato melhorem o nível das informações, tanto científicas como as que envolvem contendas e conflitos entre os vários grupos envolvidos.

A ética supõe que informações tenham lugar especial nos veículos de comunicação e que as intrigas se coloquem no campo dos restos autoritários que devem ser brevemente superados em nossa história. Para aqueles que tiveram na imprensa fontes de recuperação histórica séria e em alguns casos exclusivas, as formas atuais de considerar o que é noticiável como o que é vendável põem em risco a própria recuperação histórica.

Zilda Iokoi é vice-presidente da Adusp

Quem é quem na educação

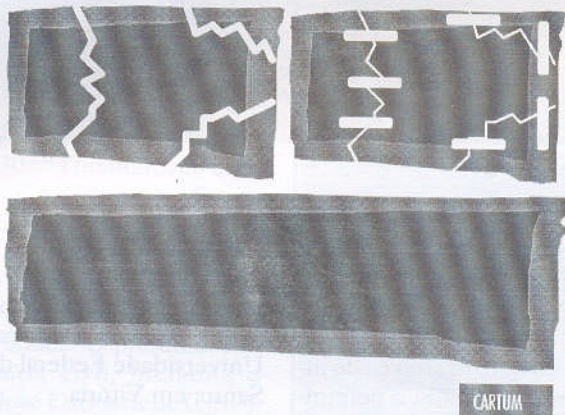
Saiba como se comportam os partidos

No discurso todos defendem o ensino público e gratuito, democrático e de qualidade. Na prática, não é bem assim. Apenas uma minoria mantém a coerência entre o que é dito e o que é realizado. Autora da tese "Partidos políticos e educação", defendida na USP, a professora Regina Vinhaes Gracindo, da Universidade de Brasília, diseca a atuação dos partidos em relação a educação.

Professora da Universidade de Brasília, Regina Vinhaes Gracindo frequentava o Congresso à época da realização da Constituinte. Ora para acompanhar seus alunos ora como representante da Associação Nacional dos Profissionais da Educação (Anpae). Foi aí que percebeu que, quando se falava, na subcomissão de educação, que o ensino deveria ser público e gratuito, democrático e de qualidade, todos os partidos estavam juntos. Falavam a mesma língua. Empunhavam a mesma bandeira.

Quando começou o debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), após a proclamação da nova Constituição, Regina resolveu fazer a pesquisa, uma vez que as mesmas questões estavam presentes. A diferença é que naquele momento não mais se estava discutindo princípios gerais e sim as leis, em todos os detalhes, declarou ela ao editor-executivo da Revista Nova Escola, José Luiz Frare. Seria, portanto, o momento oportuno para colocar em prática todo o discurso anterior.

Ao analisar a postura de cada partido, a pesquisadora da UnB decidiu dividi-los em três blocos. Ao primeiro, formado por partidos conservadores (PFL, PPR, PTB, PP e PSC) ela chamou de invariante, ou seja aquele que deseja manter o *status quo*, quer manter a vigência do capitalismo expropriador, assim como evitar mudanças no sistema político atual e na democracia vigente, que exclui a maioria. Enxerga o Estado do ponto de vista liberal ou neoliberal. O grupo invariante forma a maior bancada do Congresso, 45,2%. O segundo grupo, classificado por Regina de mudancista, inclui o PMDB, o PSDB, o PDT e o PL. Segundo a pesquisadora, este grupo propõe algumas mudanças na realidade vigente, para que o país tenha um capitalismo mais voltado para os direitos sociais, com distribuição mais justa dos bens. Este grupo é responsá-



CARTUM

vel por 44,7% das cadeiras do parlamento.

Do terceiro bloco, denominado de transformador, fazem parte o PT, o PSB, o PC do B, o PPS e o PV. De acordo com Regina, esse grupo tem uma visão notadamente socialista, excessão ao PV, e não quer manter a realidade vigente, mas transformá-la. Este bloco quer uma democracia de massa e defende um sistema econômico diferente, voltado para o socialismo. A representação deste bloco no Congresso à época da pesquisa não ultrapassava 9,9% das cadeiras.

A pesquisa. O primeiro passo foi o de conhecer os programas dos partidos, os documentos que faziam parte da história de cada um deles e a isso Regina deu o nome de "o escrito dos partidos". Mas só isso não bastava. Então ela foi ouvir os representantes dos partidos, para conhecer o dito. "Tampouco fiquei satisfeita", diz ela, "porque tudo estava a nível do discurso". Era preciso, então, conhecer o feito desses partidos, qual a ação concreta na área da educação. E no legislativo a única forma era a de acompanhar a elaboração das leis, as propostas de cada um dos partidos no LDB, diz a pesquisadora da UnB.

Para identificar quem defende a escola pública e quem defende o ensino pago, Regina levou em consideração o papel do Estado na educação, a gratuidade do ensino e a arrecadação e distribuição das verbas. Ela identificou três cor-

rentes, nem sempre coincidentes com os três grupos enunciados anteriormente. Quanto ao papel do Estado, por exemplo, conta ela, o grupo mudancista se dividiu. Uns, do PL, defendem que ao Estado cabe apenas o papel de financiador da educação, alinhando-se com a maioria do bloco conservador. O Estado financia a educação do aluno, não importa se na escola pública ou na particular.

Um outro grupo, segundo Regina, formado pela totalidade dos transformadores e parte dos mudancistas, considera o Estado não só responsável pelo financiamento como também pela execução da educação. Há algumas diferenças dentro desse grupo sobre se a responsabilidade por esse financiamento deve ser em todos os níveis ou não. O terceiro grupo, dos conservadores, acha que a família deve ser a responsável e arcar com o ensino fundamental, cabendo ao Estado a função de suplementador, oferecendo escola a quem não tem condições de pagar.

As contradições. Regina Vinhaes conta, ainda, que são muitas as contradições entre o escrito, o dito e o feito. O PMDB, por exemplo, diz no escrito que apenas a pré-escola e o ensino fundamental devem ser gratuitos. Mas o representante do partido entrevistado pela pesquisadora da UnB defendeu a gratuidade em todos os níveis. O PFL, em seu programa, propõe o ensino fundamental

gratuito, mas a representante do partido entrevistada, na Constituinte votou contra a gratuidade em todos os níveis. Para Regina, ficou claro que a maioria dos representantes dos partidos fala de suas vontades, e não em nome dos seus partidos. "Eles nem sabem se o que estão falando está de acordo com o programa do partido", afirma ela.

O resultado do trabalho desenvolvido pela pesquisadora da UnB permite afirmar que o bloco transformador é o único que na sua totalidade defende o ensino público e gratuito em todos os níveis, no discurso e na prática, e a aplicação de verbas públicas exclusivamente na escola pública. Já o grupo conservador demonstrou grande contradição quanto ao investimento que deve ser feito no professor. Os programas desses partidos dizem que o professor deve ser valorizado e precisa ganhar melhor. Na prática, porém, o grupo foi contra todos os avanços salariais na LDB.

REGINA VINHAES GRACINDO

O ESCRITO,
O DITO
E
O FEITO

EDUCAÇÃO
E
PARTIDOS
POLÍTICOS

A tese de Regina Vinhaes Gracindo, defendida na Universidade de São Paulo, em agosto de 93, foi publicada este ano pela Papyrus Editora, sob o título *O escrito, o dito e o feito - Educação e partidos políticos*. Regina é doutora em Educação na área de Administração Escolar e atualmente é professora-adjunta do Departamento de Planejamento e Administração da Faculdade de Educação da UnB, vice-presidente da Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação e membro do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

O futuro da educação também está em jogo nas próximas eleições

ELEIÇÕES
94

Zuleika de Souza/Abril Imagens



Regina Vinhaes Gracindo

Dentro de um mês e meio vamos eleger o presidente da República, governadores, dois terços dos senadores, deputados federais e a totalidade dos deputados estaduais. Esta vai ser, seguramente, uma das eleições mais importantes da história da República brasileira. Segundo a professora Regina Vinhaes Gracindo, é muito complicado fazer previsões sobre o que acontecerá com a educação no Brasil, se um desses blocos eleger o próximo presidente.

Em todo caso, diz ela, dá para intuir que qualquer partido do grupo conservador que chegar à Presidência da República terá uma postura liberal com relação à educação, como também na economia tenderá a garantir prioridade à escola privada. O grupo mudancista tenderia a introduzir reformas no sistema de ensino, tornando-o mais aberto e dando ênfase na parte técnica. Já os partidos transformadores, que são mais coerentes no discurso e na prática,

mostraram na LDB uma postura bastante progressista, procurando avançar na democratização da educação. Este último grupo, afirma Regina Vinhaes, privilegia a escola pública e busca a qualidade de ensino dentro de uma perspectiva de auto-emancipação do cidadão.

Para a professora Regina Vinhaes, o fato de o grupo invariante oferecer o vice na chapa encabeçada por um representante do grupo mudancista (coligação PSDB/PFL/PTB) demonstra a fragilidade ideológica da maioria dos partidos políticos brasileiros. São poucos os partidos fortes ideologicamente, diz ela. Na hipótese de vitória, na eleição presidencial, da coligação PSDB / PFL / PTB, a pesquisadora da UnB acredita que vá surgir um governo bastante fragilizado, que tende a rachar quando da necessidade de tomada

de posições. "Trata-se de um agrupamento de idéias e não de princípios e programas. Isso tende ao fisiologismo, ao clientelismo e demonstra a fragilidade política dos partidos envolvidos", disse ela ao editor do Informativo Adusp.

Conheça cada um dos blocos e suas características

Invariante	Mudancista	Transformador
PFL, PPR, PFL, PTB, PRN, PDC, PSC e PP	PMDB, PSDB, PDT e PL	PT, PSB, PC do B, PPS e PV
Características: Formado por um grupo de partidos conservadores interessados em manter o status quo e a vigência do capitalismo. Coloca-se contrário a mudanças na realidade atual do país. Combate mudanças ou melhorias salariais dos professores.	Características: Propõe algumas mudanças na realidade vigente, para que o país tenha um capitalismo mais voltado para os direitos sociais, com uma distribuição mais justa dos bens. Defende algumas mudanças para tornar o sistema educacional mais aberto	Características: Defende mudanças na realidade vigente. Quer democracia de massa e um sistema econômico distributivo. Luta por transformações profundas na sociedade. Defende a escola pública voltada para a construção da cidadania e para as transformações sociais.
Candidatos à presidência: Marco Maciel (PFL) é vice de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) Esperidião Amin (PPR) Almirante Fortuna (PSC)	Candidatos à presidência: Orestes Quéricias (PMDB) Fernando Henrique Cardoso (PSDB) Leonel Brizola (PDT) Flávio Rocha (PL)	Candidato à presidência: Luiz Inácio Lula da Silva
Candidatos ao governo de São Paulo: Luis Antonio Medeiros (PP) Eduardo Romanini Resstom (PSC) Ciro Tizinani Moura (PRN)	Candidatos ao governo de São Paulo: Barros Munhoz (PMDB) Mario Covas (PSDB) Francisco Rossi (PDT)	Candidato ao governo de São Paulo: José Dirceu (PT)

Ligia M. Machado

Se $a=b$ e $b=c$,
então $a=c$

Trivial: todo mundo conhece a propriedade de transitividade, enquanto proposição lógica. Em meados da década passada, descobriu-se que a transitividade, além de descrever uma relação lógica, é, também, uma forma de os seres humanos formarem classes de estímulos.

O processo funciona da seguinte maneira. Se se ensinar a uma criança que ## está para o nome dois assim como este nome se escreve d-o-i-s, a criança será capaz, sem que se ensine explicitamente, de ler a palavra dois escrita.

Embora até mesmo este processo pareça trivial, sua descoberta e descrição representam um passo importante na compreensão daquilo que se convencionou chamar processos mentais superiores. É possível, agora, um acesso mais direto para a investigação R comportamentais de formação de classes de estímulos equivalentes e, portanto, da construção do significado.

A reflexão sobre esta forma de conhecer o mundo é bastante oportuna no momento em que os partidos políticos se juntam em alianças. Assim, qualquer eleitor deve ser capaz de compreender que se o partido y se aliar ao partido x e o partido x se aliar ao z, o partido y está, então, se aliando também ao z.

Trivial? Deveria ser, claro. Os mecanismos de ocultamento da realidade usados pela grande imprensa a favor de seus candidatos têm impedido que a relação seja percebida de forma clara. Mas, como a criança que se alfabetiza — mesmo que mais lentamente — certamente as relações de equivalência prevalecerão. Então, se tornará claro para o leitor que "se PS... se alia a PF..., e PF... a PP... então PS... está se aliando também a PP...". É o estabelecimento da geléia geral, porque cada partido se torna equivalente ao outro, perdendo, portanto, sua própria identidade.

Lígia Marcondes Machado é diretora da Adusp

Projeto Alternativo Democrático e Popular para a educação

Marcha unificada por salário

“A CUT decidiu marcar no dia 25 de agosto marcha nas principais capitais do país por mais salários e emprego, unificando as categorias com data-base em setembro. São cerca de 870 mil pessoas, entre petroleiros, bancários, químicos, petroquímicos, aviários, aeronautas, rodoviários e ferroviários. Todos os cerca de 2.200 sindicatos filiados à CUT serão chamados a participar”.

Folha de S. Paulo - 27 de julho

Plano Real é eleitoreiro

“A prática de férias coletivas e licença remunerada nas indústrias terá vida curta, segundo Mario Bernardini, titular do Departamento de Economia da Fiesp. Bernardini diz que a volta dessa prática, neste mês, resulta dos juros altos, o que dá um caráter recessivo ao Plano Real. Mas ele acha que a equipe econômica vai adotar, até setembro, medidas para evitar que as férias coletivas transformem-se em demissões em massa. Essas medidas para dar fôlego à economia, diz, atenderiam decisivamente o calendário eleitoreiro do Plano Real. Bernardini acha que o objetivo do plano é eleger o candidato da coligação PSDB-PFL-PTB, Fernando Henrique Cardoso”.

Folha de S. Paulo 28 de julho

Fiesp afasta diretor que criticou o plano

“O ministro Rubens Ricupero disse ontem (28/07) que recebeu telefonema do presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, informando que o titular do Departamento de Economia da entidade, Mario Bernardini, foi afastado do cargo devido às críticas feitas ao Plano Real. À tarde, ainda no cargo, Bernardini reafirmou as críticas ao Plano”.

Folha de S. Paulo 29 de julho

Cinquenta e oito representantes de Associações Docentes, 48 delegados, 4 ex-diretores convidados e 116 observadores participaram em Recife, entre os dias 30 de junho e 4 de julho, do 28º Conselho Nacional das Associações Docentes (Conad). Pela Adusp, Francisco Miraglia participou como delegado, e Marcos Nascimento Magalhães (Magrão) e Sandra Vasconcelos como observadores.

A Construção do Projeto Alternativo Democrático e Popular foi o tema central do 28º Conad, tendo como eixo o seu fundamento na Democracia, Educação e Cidadania. No sentido de avançar no debate destas questões, o Conad decidiu que a Andes, as Associações Docentes e os Grupos de Trabalhos deverão organizar materiais que consubstanciem o esboço da conceituação e articulação deste projeto. Analisando a conjuntura brasileira, o Conad reafirmou a importância do momento eleitoral que vive o país como sendo aquele em que dois projetos de sociedade estão em confronto

Segundo o texto aprovado pelo Conad (Carta de Recife), continua premente a efetivação do nosso projeto de Universidade, e nesse sentido recolocou-se a necessidade de efetivar ações concretas com o objetivo de impedir que propostas contrárias a seus princípios sejam incluídas no Projeto de Lei que regulamenta a autonomia de gestão financeira e patrimonial nas IFES (artigo 165 da Constituição Federal), e envidar todos os esforços para aprovação, em caráter de urgência, da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Quanto à avaliação institucional, deverão ser realizadas ações visando garantir



um processo democrático, a mais ampla divulgação e participação nessa avaliação, além de implantar o processo definido no XIII Congresso da Andes.

Ainda segundo o texto, a Andes aprofundará o debate sobre diretrizes para a elaboração de um Plano Nacional de Educação. E, na perspectiva da construção de um Projeto Alternativo Democrático e Popular, realizará ampla campanha nacional em defesa da escola pública, em articulação com entidades representativas dos movimentos sociais organizados tanto a nível nacional quanto internacional.

Foi aprovado, ainda, que a Andes deve atuar junto ao CRUB, ao MEC e ao Congresso Nacional, visando a comprometê-los com a implantação da carreira e do projeto de universidade. Quanto à Ciência e Tecnologia, dar-se-á continuidade aos esforços para estabelecer e consolidar o Fórum de C&T e Desenvolvimento. No que diz respeito à Questão Agrária, a Andes intensificará sua participação nos fóruns já constituídos para traduzir em políticas socialmente necessárias a solução do problema agrário. No mesmo sentido, face à brutal situação agrária e a necessidade de aprofundar o conhecimento e a busca de soluções, se coloca a necessidade de repensar os currículos universitários,

tanto nos cursos de agronomia quanto de Ciências Sociais. A Andes denuncia o brutal recrutamento da violência no campo e afirma a vinculação existente entre a questão indígena e a questão agrária.

Ainda segundo a “Carta do Recife”, a Andes tem como elemento central de política de segurança social a defesa do SUS, na perspectiva de construção de uma proposta de atenção à saúde não excludente, resolutiva e de qualidade. A Andes entende como necessidade urgente a deflagração de uma campanha voltada para o esclarecimento da população sobre a saúde como direito de cidadania, de responsabilidade do Estado e sob controle social, sem fins comerciais.

No quadro internacional, o Conad aprovou fortalecer a Confederação de Educadores Americanos (CEA) visando o aprofundamento da constituição de uma perspectiva sindical classista a nível continental. Nesse sentido, realiza, em conjunto com as regionais Cone Sul e Andina da CEA, seminários sobre organização sindical daqueles países e ações comuns na região.

Sobre o setor dos docentes das universidades estaduais, a Andes deverá construir uma maior organicidade e uma maior periodicidade de reuniões buscando elaborar uma pauta nacional unificada: carreira única a partir do projeto da Andes, piso salarial unificado etc. No setor dos docentes das IPES, ela deverá produzir um diagnóstico que aponte quantas e quais são as IEES privadas no país, as condições de funcionamento, as relações sociais de trabalho e organizações docentes. Foi decidido, ainda, intensificar a participação no Departamento de Trabalhadores em Educação da CUT e manter sistematicamente audiências com o MEC, questionando o papel da ação governamental no que diz respeito às práticas vigentes e contrárias à posição do MD em relação à transferência de recursos públicos para universidades privadas.

Democracia, educação e cidadania

Diante da importância da eleição deste ano, os delegados das Associações Docentes presentes aos 28º Conad aprovaram carta sobre a questão eleitoral.

Andes dirige-se ao conjunto da sociedade para expressar a necessidade da construção de um Projeto Alternativo Democrático-Popular. A estruturação do poder público em nossa sociedade sempre foi marcada pela abusiva privatização. Hoje, mais do que nunca, se amplia este processo, com a conseqüente ampliação, entre outros, da fome, da miséria, do controle ideológico sobre os meios de comunicação de massa e da amplificação da exclusão social.

O projeto neoliberal, implementado no país por Collor e continuado pelo governo Itamar, não apenas tentou destruir os serviços públicos fundamentais para o conjunto da sociedade, mas também tratou de impedir a resistência da população. Pelo uso abusivo da comunicação de massa, o governo e os setores privatistas procuram caracterizar os setores democráti-



cos, que atuam no sentido de tornar público o Estado, como inimigos da sociedade, interessados apenas na manutenção de seus "privilégios". Os dominantes tentaram, sem sucesso, via Revisão Constitucional, ampliar essa privatização do Estado.

O processo eleitoral, ora em andamento, mantidas as práticas políticas dominantes, deverá transcorrer sob o signo da despolitiza-

ção e da deseducação do conjunto da sociedade. E atuará no sentido de legitimação dessa privatização e exclusão. A manipulação ideológica e a sonegação de informações deverão ser as formas de sua realização. O processo objetivo de exclusão social atuará no sentido do maniqueísmo político.

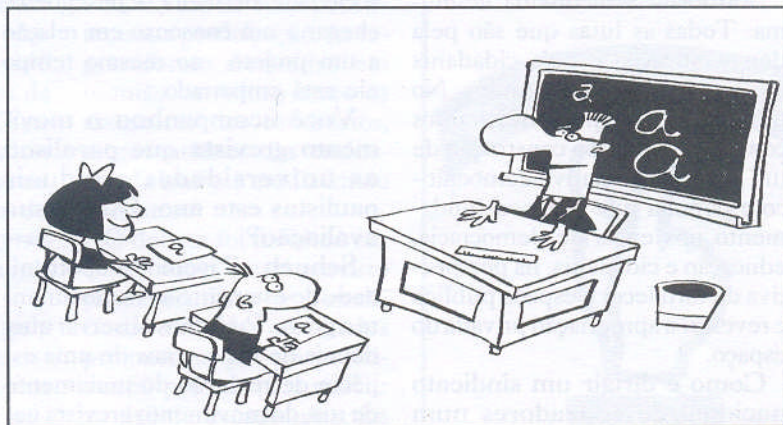
A lei eleitoral, aprovada pelo Congresso, é objetivamente uma condição de conformação da opinião pública. Acoplada à legalização do abuso do poder econômico, essa conformação centra-se na manipulação ideológica e na sonegação de informações. Nesse sentido, a Andes se associa ao conjunto das entidades que colocam a necessidade de um *ombudsman* como instrumento democrático de controle da ação da mídia.

Democracia, educação e cidadania, na perspectiva de fortalecer o público e reverter a apropriação privada pelo Estado, será o eixo norteador da construção de um projeto que permitirá amplificar e potencializar nossa linha de intervenção na complexa conjuntura nacional. Mais do que nunca, trata-se de ampliar a luta pela desprivatização do público, pela construção coletiva da educação, da saúde, da ciência e tecnologia, pela construção da democracia real e de cidadania das mais amplas camadas da sociedade brasileira.

Solidariedade a Cuba

Segundo o anuário da Unesco, Cuba apresenta um padrão escolar comparável aos dos países mais desenvolvidos. Sua taxa bruta de matrícula no ensino secundário é de 94% (no Brasil é 39%), só inferior, entre os países americanos, à do Canadá. Entre todos os países americanos informantes da Unesco, Cuba é aquele que apresenta a menor taxa de analfabetismo infantil, ou seja 0,8%. No Brasil essa taxa é de 26%. O bloqueio imposto a Cuba, coordenado pelos EUA, está criando graves problemas àquele país, inclusive ao seu sistema escolar. Afinal, como Cuba ousa não ser um Haiti?

Para mostrar uma efetiva solidariedade ao povo cubano, espe-



cialmente no sentido de evitar a inviabilização de seu sistema escolar, a coordenação da Campanha de Solidariedade a Cuba, da Andes-SN, está sugerindo que as Associações Docentes enviem uma contribuição, destinada ao

setor escolar, de R\$ 1,00 por associado. O Conselho de Representantes da Adusp discutiu esta questão na reunião realizada dia 4 deste mês e encaminhou a decisão para a próxima assembléia da entidade.

DEU NA IMPRENSA INTERNACIONAL

Concentração de renda e exclusão

"No Brasil os 10% mais ricos absorvem 51,3% da renda nacional. Para os restantes 90% da população sobra menos da metade do PIB. Este é o record mundial de concentração de renda. As melhores distribuições de renda ocorrem nos países desenvolvidos, nos países da Europa Oriental, nos países da ex-URSS e alguns países sub-desenvolvidos (Índia, Costa do Marfim, Uganda, Indonésia, China e outros), onde os 10% mais ricos concentram cerca de 25% do PIB".

Banco Mundial - 1993.

A arte de gerir a exclusão no Brasil

Apesar da negativa do aval por parte do FMI, da necessidade de depositar, como garantia, cerca de 3 bilhões de dólares a juros nulos e de não honrar a data prevista para a assinatura da carta de intenções, a imprensa brasileira apresentou o acordo com os bancos como uma vitória. Já para a imprensa estrangeira "...o Brasil foi obrigado a assinar com os bancos credores um acordo de reescalonamento de 49 bilhões de dólares. Como de costume, as reformas econômicas exigidas em contrapartida atingirão prioritariamente as dezenas de milhões de pobres".

Le Monde Diplomatique

Linha de montagem

Relatório divulgado em junho detecta na universidade a existência de uma "predominante cultura de linha de montagem semelhantes a montadoras de veículos nas qual o que importa é a quantidade e não a qualidade. Mais recursos e equipamentos são transferidos àqueles com maiores listas de publicações e estes fins são usados para justificar meios questionáveis. Entre estes meios estão créditos autorais inapropriados. Além disso alguns docentes fazem contratos de pesquisa... usando as facilidades da universidade e estudantes para fazerem o trabalho".

Science, 264, 17 de junho - 1994

A atuação da Andes faz parte da luta do conjunto dos trabalhadores

Daniel R. Garcia

Professor-adjunto da Faculdade de Veterinária da Universidade Federal de Pelotas (RS), ex-presidente da Adupfel e ex-vice-reitor da UFPEL, Luiz Henrique Schuch assume um sindicato que representa 83 Associações Docentes e uma base de 140 mil trabalhadores, 55 mil dos quais sindicalizados.

Gostaria que você traçasse o perfil da Andes e falasse dos desafios de sua gestão.

Schuch - A Andes é um sindicato de múltiplas facetas, múltiplas relações. Há, portanto, que ter muita disposição e habilidade para atuar dentro desse conjunto de interfaces. Há toda uma sistemática de organização por setores, através de grupos de trabalho, através de organizações regionais que subdividem a tarefa de dar respostas a todas essas instâncias, sem, no entanto, criar o verticalismo que é comum numa boa parte do movimento sindical. Nós temos um sindicato nacional que preserva a organização por local de trabalho, com ligação direta com a base. Quanto aos desafios, as várias instâncias da Andes têm sido muito sensíveis em analisar o momento conjuntural que estamos vivendo. Levando-se em consideração o conjunto de deliberações, especialmente no último congresso, diria que o principal desafio é a luta permanente pela implementação do Projeto Andes para a universidade brasileira, o que exige, por exemplo, a ampliação dos investimentos públicos nas universidades públicas, em ciência e tecnologia. A defesa dos interesses comuns dos docentes por melhores condições de vida e trabalho assenta-se também neste projeto.

A Andes deve ser um sindicato voltado somente aos inte-

resses da categoria que representa ou deve atuar também no movimento geral dos trabalhadores?

Schuch - A organização dos docentes se dá como organização de trabalhadores, muito embora o caráter peculiar da tarefa universitária. Nesse sentido, vejo a Andes como um organismo sindical, classista, e que faz parte do conjunto dos trabalhadores.

Como você vê a relação da Andes com a Central Única dos Trabalhadores?

Schuch - A Andes é filiada à CUT e nós devemos nos aproximar daqueles que compartilham dos mesmos ideais. Nesse momento, por exemplo, quando a centralidade da discussão é a política nacional, agudizada pela tentativa de Revisão Constitucional e pelo processo eleitoral, a Andes percebeu a necessidade de trabalhar na aglutinação das forças no campo democrático-popular para a construção de um projeto alternativo para a sociedade brasileira. A construção desse projeto está sob a coordenação da CUT.

Nesse sentido você entende que a Andes deve estar envolvida na discussão de temas como saúde, alimentação, reforma agrária, transportes, além da questão puramente educacional?

Schuch - Sem dúvida nenhuma. Todas as lutas que são pela democratização e pela cidadania são lutas também da Andes. No último Conad, em Recife, tiramos como eixo central a construção de um projeto alternativo democrático e popular que tem seu fundamento nos eixos de democracia, educação e cidadania, na perspectiva de fortalecer o espaço público e reverter a apropriação privada do espaço.

Como é dirigir um sindicato nacional de educadores num país onde a educação não é prioridade?

Schuch - O primeiro grande desafio é o de trazer elementos para a percepção pública da diferença entre o aparente da retórica, dos discursos oficiais, e a realidade concre-

ta. O discurso é de prioridade para a educação e a prática é o abandono da educação. Nossa primeira tarefa, portanto, é a de revelar esse fenômeno (veja matéria nas páginas 4 e 5).

Ainda com relação à educação, tramita no Congresso a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação. Como a Andes se insere nesse processo?

Schuch - A tramitação da LDB nos dá duas lições. A primeira é de que a organização da sociedade civil, que nesse caso foi feita através do fórum de defesa da escola pública, consegue resultados através de sua atuação junto aos órgãos oficiais, junto ao Congresso Nacional. Agora, esse mesmo processo nos dá uma outra lição que é a diferença entre o discurso e a ação. Apesar de todo esse trabalho o projeto está parado. Nós tivemos uma luta de um semestre inteiro para que ele fosse lido na Comissão de Educação do Senado e agora não se consegue votá-lo por uma questão de quórum. Isso nos mostra claramente mais um exemplo da existência de disputa de projetos políticos na sociedade brasileira. Consegue-se chegar a um consenso em relação a um projeto, ao mesmo tempo ele está emperrado.

Você acompanhou o movimento grevista que paralisou as universidades estaduais paulistas este ano. Qual a sua avaliação?

Schuch - Tivemos a oportunidade de estar em São Paulo durante a greve. Pudemos observar que, depois de vários anos de uma espécie de reclusão do movimento de rua, do movimento grevista nas três universidades, foi necessário, novamente, um movimento de força para romper uma postura de intransigência das administrações que, acomodadas a partir da chamada autonomia das universidades paulistas, se negavam a colo-



Luiz H. Schuch, presidente da Andes.

car claramente as possibilidades de aumento salarial. Acho que foi um movimento construtivo, especialmente pelo fato de o momento de luta ter levado a que, na mão do movimento popular, se colocassem os números, as fórmulas, os estudos, e que se revelasse, em última análise, por onde correm as verbas públicas dentro da universidade. Isso é um componente da democracia, é um componente de cidadania.

Uma das questões mais prementes, no momento, é a eleição geral que se aproxima. Qual a sua expectativa com relação ao futuro do país?

Schuch - Fatalmente teremos uma realidade nova não só para o ensino superior, mas para todas as áreas sociais e para o próprio movimento sindical. O novo governo, seja ele qual for, tratará logo de construir a sua legitimidade para tentar enterrar o período da ditadura, a primeira experiência democrática com o fracasso do Collor e, nessa perspectiva, ele pode tentar absorver, pelo institucional, o espaço que é do movimento popular. Nesse sentido, temos uma perspectiva claríssima de que, por todo o cerceamento externo, por todas as dificuldades de negociação da dívida, por todo o controle interno de setores da elite, o setor econômico consegue constranger o governo. É fundamental, mais do que rearticular o movimento social, organizá-lo e atuar na elaboração de propostas políticas.